



XVII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XVII ENANCIB

GT1 – Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação

O CARÁTER SOCIOCULTURAL DA INFORMAÇÃO: DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS NOS CENTROS DE MEMÓRIA DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

Rodrigo Costa Japiassu¹, Vitor Manoel Marques da Fonseca² e Lídia Silva de Freitas³

Modalidade de apresentação: Pôster

Resumo: Pretende-se, neste trabalho, levantar questões epistemológicas no campo informacional, relacionadas ao caráter sociocultural observado no trabalho de promoção memorial a partir de documentos arquivísticos em centros de memória do Poder Judiciário Federal brasileiro. Utilizou-se pesquisa bibliográfica para o levantamento no âmbito do que é caracterizado na Ciência da Informação por diferentes correntes epistemológicas como historicismo, visão construtivista social e paradigma social. Observam-se questões éticas na realização deste trabalho, bem como a atribuição de informatividade a estes documentos. Os aportes teóricos buscam problematizar as relações entre memória, arquivo e informação no campo informacional, concebendo-as como construções sociais.

Abstract: We intend to, in this work, raise epistemological questions in the information field, related to sociocultural character observed in the work of memorial promotion from archival documents in memory centers of the Brazilian Federal Judiciary. We used literature to survey the scope of what is featured in Information Science by different epistemological currents as historicism, social constructivist view and social paradigm. Observe ethical issues in this work, as well as the allocation of informativeness to these documents. The theoretical contributions seek to problematize the relationship between memory, archive and information in the information field, conceiving them as social constructions.

1 Universidade Federal Fluminense - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

2 Universidade Federal Fluminense - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

3 Universidade Federal Fluminense - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

1. INTRODUÇÃO

Considerar um objeto como um construto social implica na admissão de que a sua representação imaginária não é feita a partir de um vazio histórico. No campo informacional, isso implica entender que, por exemplo, a informação, o documento e o arquivo são produzidos a partir de diferentes contextos sociais, históricos e institucionais, articulados a estes construtos.

É o reconhecimento desse caráter de construção – apagado por sua naturalização hegemônica – que permite abordar a Ciência da Informação, bem como determinados elementos associáveis à informação, como o arquivo e a memória, sob um viés sociocultural.

2. O CARÁTER SOCIOCULTURAL DA INFORMAÇÃO

As abordagens socioculturais na Ciência da Informação ganham força a partir da década de 1990, a partir da percepção de que aspectos sociais, culturais, históricos, políticos e linguísticos constituem a produção e o compartilhamento do que é considerado como informação por grupos sociais.

Desenvolvem-se abordagens epistemológicas na Ciência da Informação, como o historicismo (HJØRLAND, 1998), as visões construtivista social e hermenêutica (FERNANDES, 2006) e os paradigmas social e hermenêutico (CAPURRO, 2003). Estas abordagens criticam visões objetivistas e cognitivistas sobre informação, nas quais, respectivamente, a informação pode ser ‘detectada’ diretamente no conteúdo e/ou da forma de documentos, ou como parte de construtos mentais do usuário, visando a busca de novos conhecimentos que seriam obtidos somente a partir de sua cognição, desconsiderando que todos estes aspectos se articulam pelas práticas sociais com documentos (FROHMANN, 2009).

No intuito de melhor compreender o viés sociocultural da informação, a Ciência da Informação constrói, ou apropria-se de construções teórico-metodológicas como a Análise de Domínio, a Análise de Discurso e a Hermenêutica, abordagens que põem em xeque as questões de verdade, de neutralidade (inclusive em aspectos quanto à representação da informação e à linguagem) e de estruturas sociais rígidas.

Tal visão desnaturalizada da informação torna-se muito importante para refletir sobre a promoção da memória a partir de documentos arquivísticos em centros de memória do Poder Judiciário Federal. O reconhecimento dos processos de construção de sentidos que podem ser realizados a partir destes documentos contribui para a análise de como estes são trabalhados junto à sociedade, problematizando seus contextos de produção e seus funcionamentos sociohistóricos.

Mais importante do que uma perspectiva cognitivista de obtenção de informação precisa como acúmulo de conhecimentos – ou, ainda, como eventual redutora de incertezas, aqui, deve-se considerar a construção de informação para propósitos gerais (HJØRLAND, 1998) a partir de documentos arquivísticos, considerados como “artefatos de informação” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2000, p. 5). Importa desenvolver a contextualização da produção desses documentos nos âmbitos social, histórico e cultural, sem a pretensão de uma representação padronizada do seu conteúdo.

A perspectiva construtivista reconhece o caráter da informação como de construção de sentidos, de viés sociocultural (HJØRLAND, 1998; FERNANDES, 2006). Nesta abordagem, a própria ‘informação’ é um efeito, considerado como “impressão de informação” (FROHMANN, 2009, p. 230). Nela, destaca-se a figura do sujeito, caracterizado como “construtor e construído, [...] perpassado por concepções de mundo que o constituem e de interesses existentes no ambiente em que vive” (FERNANDES, 2006, p. 24), sendo, assim, portador de uma historicidade (DAY, 2005, p. 603) que o constitui no processo de produção de sentidos, ainda que de forma inconsciente.

É importante reconhecer-se a relevância do estudo do sujeito na Ciência da Informação - ao invés de sua abordagem como usuário, ou como ‘indivíduo’. Tal esforço vai de encontro a todo um processo de “reificação dos processos histórico-sociais da comunicação, da informação, da ciência em geral e de seu próprio saber em particular” (FREITAS, 2003, sem paginação), propondo uma perspectiva crítica dos estudos de informação.

O reconhecimento da historicidade nos processos de construção da Ciência da Informação traz uma reflexão importante - nem os agentes, nem os artefatos informacionais (documentos, objetos etc.) são elementos a-históricos. Ou seja, questões como mediação, ação cultural, o papel dos usos e o desenvolvimento de políticas informacionais são situadas dinamicamente no tempo e no espaço e nas interações entre tais elementos. Por conseguinte, constroem-se sentidos sobre o trabalho com informação, os quais não estão descontextualizados da realidade sociocultural do ambiente onde se realiza tal trabalho.

Quando se pretende relacionar informação ao exercício da cidadania a partir de documentos arquivísticos – no âmbito público, representantes do que se denomina como uma escrita do Estado – em órgãos estatais, não se pode perder de vista o caráter público e social da informação (FROHMANN, 2008). A perspectiva do exercício da cidadania pode permitir que se desnaturalize tais documentos, ressignificando o papel político do profissional da informação em sua interação com a sociedade.

No âmbito de centros de memória de tribunais, a perspectiva cidadã compreendida no trabalho documentário também pressupõe a promoção desnaturalizada da memória. Neste caso, não a ‘memória cristalizada’ da trajetória institucional, ou de agentes considerados relevantes nessa trajetória, mas sim as memórias percebidas por trás das falas e discursos materializados nos documentos. Ou seja, tenta-se vislumbrar quais memórias silenciadas podem ser apontadas para a construção de informação a partir de sentidos observáveis sobre estes documentos, bem como seus contextos de produção. Para esta questão memorial, a Teoria do Discurso contribui para a problematização da aparente ‘neutralidade’ do documento arquivístico.

Essa abordagem construtivista do trabalho com informação a partir de tais documentos traz implicações éticas na realização do trabalho supracitado (DAY, 2016): o que se seleciona e, ao mesmo tempo, o que se esquece ao lidar com esses documentos? Não se pode desprezar questões sociais, culturais e éticas que envolvem o trabalho envolvendo a mediação da informação a partir de acervos documentais.

As questões éticas, envolvendo aspectos como o direito à informação, trazem reflexões no sentido dos cidadãos contribuírem de forma mais ativa para o desenvolvimento das atividades governamentais (DAY, 2016, p. 44), o que também impacta nos trabalhos envolvendo informação.

Nessa proposta, busca-se selecionar não apenas os acervos considerados dignos de serem *monumentalizados* (LE GOFF, 1996) por atores sociais com poderes institucionalizados para decidir o que seria memorável, expondo apenas uma visão parcial sobre tais instituições. Importa que se observe a posição do cidadão como sujeito não apenas “a governança”, mas também “para expressão” (DAY, 2016, p. 44, tradução nossa) a partir de documentos arquivísticos.

A promoção da memória é um trabalho de matiz sociocultural, que impacta na atribuição de informatividade (FROHMANN, 2009) a documentos. Deve-se considerar a informatividade como o possível uso social da informação, construído a partir de práticas

documentárias disciplinadas (mas não necessariamente padronizadas) em âmbito institucional, histórica e socialmente situadas.

Importante observar que há um poder sobre esses documentos que não se encerra em si mesmo, por serem representações de “forças sociais e históricas que constroem imaginações de unidades reais e históricas” (DAY, 2005, p. 588, tradução nossa) de atividades institucionais. Observe-se que a informatividade de um documento (FROHMANN, 2009) se dá a partir do seu contexto de uso, que produzirá o ‘efeito-informação’.

Frohmann (2009) traz outra importante contribuição ao reconhecimento do caráter sociocultural da informação. Utilizando uma abordagem pragmática, reconhece a materialidade como uma propriedade importante dos documentos - e perfeitamente aplicável aos documentos arquivísticos em centros de memória -, posto que “configura práticas com eles” (FROHMANN, 2009, p. 236). Outra propriedade relevante é a “autoridade” da informatividade de um documento, a qual “depende dos locais institucionais de sua produção” (*idem*, p. 237), remetendo a uma visão discursiva foucaultiana sobre o documento, em especial o arquivístico.

A materialidade dos documentos aponta que a informação é produzida em práticas socioculturais e institucionais, passível de ser (re)construída, (res)significada e, ainda, socializada de modo dialógico (inclusive *a partir dos* – e não *nos* – documentos). Daí que a informatividade dos documentos, “quando reconhecida como algo dependente de práticas, é também dependente do que lhes dá forma e que os configuram [*sic*]” (*idem*, p. 245).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Deve-se atentar para o fato de que o processo de atribuição de informatividade a um documento (FROHMANN, 2009) – neste caso, o arquivístico – é histórico, e não positivado. Esta reflexão pode ser importante quando da tentativa de compreensão do eventual valor secundário (ou ‘valor histórico’) que está sendo considerado – se é que está – para a inclusão de documentos arquivísticos em centros de memória, bem como um novo processo de valoração – poderíamos falar de um ‘valor terciário’, ou uma ‘sobrevaloração’ – da memória que se pretende construir com estes documentos nestes centros.

Para se considerar a informação em uma perspectiva construtivista, deve-se verificar seu funcionamento sócio-histórico. Nessa direção, é promissor verificar como tal

funcionamento atua sobre o documento (FROHMANN, 2009). Esta percepção poderá permitir a avaliação de como os aspectos de legitimação institucional e de poder refletidos no documento influem e mesmo direcionam o trabalho de mediação de documentos arquivísticos em centros de memória com a sociedade.

Deve-se atentar à percepção naturalizada de se considerar a escrita como suporte (cognitivo) à memória, que reflete uma perspectiva reificada do documento e da informação. Ela está ligada a uma visão evolucionista do dispositivo de informação a ser evitada, posto que reforça uma espécie de ‘mito fundador’ da Ciência da Informação, de que a informação seria extraída diretamente do conteúdo de documentos. Estes são aspectos importantes a serem observados na dissertação em curso, ora desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense.

REFERÊNCIAS

BUCKLAND, Michael. Information as thing. *Journal of the American Society of Information Science and Technology*, v. 42, n. 5, p. 351-360, 1991.

CAPURRO, Rafael. *Epistemologia e Ciência da Informação*. 2003. Disponível em: <http://www.capurro.de/enancib_p.htm>. Acesso em: 28 mar. 2015.

DAY, Ronald . Poststructuralism and information studies. *Annual Review of Information Science and Technology*, v. 39, n. 1, p. 575-609, 2005.

_____. Information ethics: normative and critical perspectives. *Logeion: Filosofia da Informação*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p.33-46, set.2015/fev. 2016.

FERNANDES, Geni Chaves. *Quatro visões no campo da Ciência da Informação*. Rio de Janeiro, 2006. 42 p. Trabalho apresentado à banca avaliadora do concurso para Professor Adjunto 1 DE, do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para aprovação. Recebido através do e-mail <ci2015@googlegroups.com>. Acesso em: 10 mar. 2015.

FREITAS, Lídia Silva de. Sentidos da história e história dos sentidos da Ciência da Informação: um esboço arqueológico. *Morpheus: Revista Eletrônica em Ciências Humanas*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, 2003.

FROHMANN, Bernd. O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; MARTELETO, Regina Maria; LARA, Marilda Lopes Ginez de (Org.). *A dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação*. Marília: Fundepe Editora, 2008, p. 13-34.

_____. A Documentação rediviva: prolegômenos a uma (outra) filosofia da informação. *Morpheus: Revista Eletrônica em Ciências Humanas*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 14, p. 219-240, 2009.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. O caráter seletivo das ações de informação. *Informare*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 3-31, 2000.

HJØRLAND, Birger. Theory and metatheory in information science: a new interpretation. *Journal of Documentation*, v. 54, n. 5, p. 606-621, dez. 1998.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 4. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1996.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *In: Projeto História*. São Paulo: PUC, n. 10, p. 7-28, dez./1993.